



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA

**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA
PERMANENTE DO FUNDO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – FEMA.**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e quinze, realizou-se a 38ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, na sede da SEMA, situada na Av. Borges de Medeiros, 261, 15º andar – Auditório, nesta Capital, com início às 9horas30minutos e com a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Thais Braun Pivatto, representante da FEPAM; Sr. Humberto da Rocha Romano, representante da Secretaria de Segurança Pública/SSP; Sr. Willian Kisiel de Matos, representante da Os Amigos da Floresta; Sra. Marilene Conte, representante da FIERGS; Sra. Vera Figueiró, representante da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/SEMA; Sr. Jonatan Bronstrup, representante da Secretaria de Minas e Energia/SME; Sr. Cylon Rosa Neto, representante da Sociedade de Engenharia/SERGS; Sra. Marion Luiza Heinrich, representante da FAMURS; Sr. Ricardo Schuck Rocha, representante da UPAN; e Sr. Luiz Ernesto Grillo Elesbão, representante do CREA-RS; Participaram também da reunião: Sra. Nicole Escouto Fantinel/Os Amigos da Floresta; Sr. Felipe Kohls Rangel/DBIO-SEMA; Sra. Vanessa Pedroso Konrath/DIFIN-SEMA; Sr. Alessandro Muniz Moraga/DBIO-SEMA; Sr. Leonardo Marques Urruth/DBIO-SEMA; Sr. Davi Chemello/DBIO-SEMA; Sra. Andrise Taiquiara de Lima/DBIO-SEMA; Sra. Maria de Lourdes Alves/DIFIN-SEMA; Sra. Solange Dias de Deus/DBIO-SEMA; Sra. Salete Beatriz Ferrera/DBIO-SEMA; Sr. Aleckssandro Tavares/DBIO-SEMA; Sr. João Carlos Dotto/DBIO-SEMA; e Sr. João Manuel Trindade Silva/DBIO-SEMA; Constatando a existência de quórum, o Sr. Presidente iniciou a reunião as 09h42min. **Passou-se ao 1º item da pauta: Aprovação da Ata 37ª Reunião Ordinária da CTPFEMA:** dispensada a leitura da ata que foi enviada anteriormente para os conselheiros. Sem retificações. APROVADA POR UNANIMIDADE. **Passou-se ao 2º item da pauta: Apresentação da Execução do Orçamento de 2015 e informação sobre o valor de suplementação:** Sr. Cylon Neto/SERGS – Presidente: pergunta se há possibilidade de algum valor para suplementação. Sra. Maria de Lourdes Alves/DIFIN-SEMA: esclarece que a suplementação para 2015 não é mais possível e que para 2016 ainda não há como informar isto no momento, pois por enquanto a receita deste ano não esta acima do estimado. E informa que a suplementação para ser feita será a partir de janeiro, conforme for o ingresso de recursos. Sr. Cylon Neto/SERGS – Presidente: pergunta que como há projetos com solicitações de suplementação, se há a possibilidade de a partir de janeiro ou há uma demora em se ter os dados certos. Sra. Maria de Lourdes Alves/DIFIN-SEMA: esclarece que demora, e sugere que se tenha uma lista de prioridades de todos os projetos aprovados e conforme for se comportando a arrecadação vai se atendendo os projetos. Sr. Cylon Neto/SERGS – Presidente: pergunta como que se operacionalizaria isto, com a lista de prioridades de projetos estabelecidas, quem acionaria os proponentes, o DIFIN ou a câmara?. Sra. Maria de Lourdes Alves/DIFIN-SEMA: sugere que se faça um banco de projetos com a aprovação das prioridades e conforme a receita for se comportando o DIFIN traria a informação para a câmara e se for entendimento da câmara se faria a suplementação que atenderia a este projeto. Sr. Cylon Neto/SERGS – Presidente: entende que se deve fazer a constituição deste banco de projetos a partir do que for aprovado na câmara e sugere como encaminhamento que na reunião de dezembro se faça o banco de projetos com a hierarquização de prioridades dos projetos apresentados. Sra. Vera Figueiró/SEMA: entende que deve ser colocado todos os projetos em avaliação ao grupo para se examinar os atendimentos que já foram feitas para entidades e beneficiar entidades que não tem sido ainda e que dentro das prioridades que se verifique quais projetos são realmente para o meio ambiente. Sr. Cylon Neto/SERGS – Presidente: esclarece que esta é a proposta de pauta para dezembro. E solicita se todos os conselheiros estão de acordo com o encaminhamento. ENCAMINHAMENTO APROVADO POR UNANIMIDADE. O Sr. Presidente passa a palavra a Sra. Maria de Lourdes Alves que fará a apresentação da Execução do Orçamento. Sra. Maria de Lourdes Alves/DIFIN-SEMA: apresenta a Execução do Orçamento de 2015 do FEMA até o dia 31 de outubro, relembra que já havia sido apresentada uma planilha até 31 de agosto e que a única alteração maior foi com relação a terceirizadas que é o volume maior da execução. Sr. Cylon Neto/SERGS – Presidente: pergunta com relação aos valores previsto para o ano, quanto conseguiu ser executado? E também pergunta sobre os contratos de vigilância se atende a todas as unidades de conservação e se tem vigilância patrimonial e guarda parques em todas as unidades?. Sra. Maria de Lourdes Alves/DIFIN-SEMA: responde que foi executado uns 50% do valor previsto e que o contrato novo atende a todas as unidades e algumas agências também, este contrato é mais completo e abrange mais que o antigo. Sr. Cylon Neto/SERGS – Presidente: pergunta onde foi que não conseguiu se executar ainda os outros 50% do previsto, quais os itens previstos que não conseguiu executar?. Sra. Vera Figueiró/SEMA: esclarece que é do zoneamento que foi licitado, mas como o valor é maior e o Estado não tem para

53 completar o valor, e que a licitação esta interrompida e que como é uma decisão judicial o valor tem que constar no
54 orçamento para este fim. Sr. Cylon Neto/SERGS – Presidente: abre para manifestações dos conselheiros, se
55 existem dúvidas. E ressalta que foram executado 50% do orçamento, que o restante não foi executado, pois a
56 grande parte se refere ao zoneamento econômico ecológico que ficará para o ano que vem, pois não se tem o valor
57 total. **Passou-se ao 3º item da pauta: Suplementação – Projeto da UPAN:** Sr. Ricardo Rocha/UPAN: apresenta o
58 projeto Linha do Tempo, que tem o objetivo de promover um resgate do acervo documental da UPAN e a publicação
59 desse arquivo histórico de mais de 40 anos sobre a luta ecológica a partir do Vale do Rio do Sinos em formato de
60 linha do tempo na internet. Sr. Cylon Neto/SERGS – Presidente: observa que pessoalmente acha complicado que o
61 FEMA aloque recursos para fazer uma atividade que vai ficar imobilizada, e sugere que se aumentasse o tamanho
62 do projeto e vinculasse o acervo que vai se construir a um programa estruturado de Educação Ambiental. E
63 encaminha que se faça uma revisão do projeto neste sentido e que venha para a pauta de dezembro, para
64 rerepresentar ele revisado. Abre para manifestações dos conselheiros. Sr. Luiz Elesbão/CREA-RS: destaca que é
65 interessante já trazer junto com o projeto todas as negativas, e receita da instituição, para evitar problemas futuros.
66 Sr. Cylon Neto/SERGS – Presidente: coloca que como serão analisados todos os projetos na reunião de dezembro,
67 como encaminhamento que se rerepresentaria o projeto com este desdobramento na reunião de dezembro.
68 **ENCAMINHAMENTO APROVADO POR UNANIMIDADE.** Sr. Ricardo Rocha/UPAN: ressalta que seria um próximo
69 passo as exposições itinerantes. **Passou-se ao 4º item da pauta: Suplementação – Projetos do DBIO/SEMA:** Sr.
70 João Carlos Dotto/DBIO-SEMA: esclarece o IBAMA passou a atribuição da fauna para o Estado e desde 2013 a
71 Secretaria tem o setor de Fauna, e que nesta atribuição se tem duas tarefas básicas que é o controle da fauna em
72 cativeiro e a outra uma gestão da fauna como um todo do Estado. Ressalta que das heranças recebidas pelo
73 IBAMA há dois sistemas para fauna em cativeiro, o SISPASS que é para fauna em gaiolas, passarinhos que são
74 criados com autorização do Estado, este sistema funciona relativamente bem e o SISFAUNA que é o controle dos
75 outros criadouros. Destaca que se a fauna esta na mão do Estado, o Estado tem que saber de onde veio este
76 animal, qual é a marcação que ele recebeu, qual atendimento clinico que ele recebeu e fazer o máximo de esforço
77 para este animal voltar à natureza e os animais condenados à cativeiro se tem que achar lugares dentro da
78 categoria e para isto precisa-se de parcerias. Essa gestão tem que ser feita para combater o tráfico, que aproveita a
79 ausência do Estado neste manejo. E um dos projetos que depois será apresentado pelo Sr. Aleckssandro é um
80 sistema de informática para que a fauna na mão do Estado seja rastreada pelo sistema, podendo ser incluído online
81 quando for resgatado algum animal e o Estado ter o controle e poder destinar este animal e fazer a soltura, só que
82 para poder chegar à soltura do animal na natureza ele precisa ser reabilitado e então se chega ao projeto que é a
83 compra de materiais e viveiros modulares para dispor para os parceiros conveniados. O setor de Fauna apresenta
84 dois projetos: O do sistema de informática para que a fauna do Estado seja rastreada, que o Sr. Alckssandro
85 explicará, e o de compra de materiais e viveiros modulares. Passada a palavra para o Sr. Aleckssandro
86 Tavares/DBIO-SEMA que explica sobre o projeto de sistema de informática. Sr. Aleckssandro Tavares/DBIO-SEMA:
87 explica que neste projeto que é o sistema já esta sendo feito o trabalho desde fevereiro, fazendo-se levantamentos
88 de requisitos e montando um projeto de software que é denominado SIGFAUM – Sistema de Gestão da Fauna
89 Manejada. Foi feito todo o trabalho de justificativa do projeto, como já foi falado pelo Sr. João Dotto, a falta de
90 gestão hoje dos animais, a falta de um sistema do Estado, dependendo do sistema do IBAMA e chegou-se ao
91 objetivo de se construir um sistema do Estado não tendo a dependência do IBAMA e que possa ter realmente uma
92 gestão dos animais com ferramentas produtivas e efetivas e de levantamento de benefícios com o sistema e foram
93 identificados quatro produtos. Fazer um sistema de informação; ter um cadastro online onde os parceiros possam
94 ter acesso ao sistema e cadastrar seus plantéis, fazer ocorrências de animais que foram resgatados; a emissão de
95 licença, principalmente de transporte e de soltura; Ressalta que é um sistema que não somente a equipe da SEMA
96 estará interagindo com ele, mas a ideia é que todos os envolvidos tenham acesso ao sistema (Clínicas, Brigada
97 Militar, Instituições de Pesquisas, Criadores e mantenedores – os parceiros). Ressalta que foram estudado várias
98 alternativas de como desenvolver este sistema, primeiramente a ideia de desenvolver internamente na SEMA, mas
99 como não há uma equipe de TI com o pessoal necessário para desenvolver este tipo de sistema, não é possível;
100 depois a ideia de fazer o desenvolvimento com a PROCERGS onde foi feito conversações e um orçamento prévio
101 que foi um valor alto e requer conseguir este recurso; outra forma foi de contratar no mercado um sistema pronto,
102 foram estudado no mercado alguns sistemas, mas não chegamos a nenhum que atendesse o que precisa-se; então
103 chegou-se a necessidade de contratar o desenvolvimento e a manutenção de um ano deste sistema. Sr. Cylon
104 Neto/SERGS – Presidente: destaca que os dois projetos apresentados até o momento são o de compra de materiais
105 e viveiros modulares e este do sistema de informática, e passa a palavra ao próximo representante do DBIO que
106 apresentará outro projeto. Sra. Salete Ferreira/DBIO-SEMA: apresenta o projeto do Plano do SEUC/RS – Sistema
107 Estadual das Unidades de Conservação do RS e esclarece que este sistema é uma ferramenta que esta na
108 legislação desde 1998 e que até hoje a SEMA, apesar de tentativas nestes 11 anos não conseguiu recursos para
109 fazer o plano e colocar ele em execução. Que o DBIO quer cumprir a obrigação dada pela legislação e vem
110 tentando o recurso para fazer a primeira publicação do Plano e depois seguir fazendo as revisões necessárias.
111 Esclarece que para a elaboração e publicação do SEUC estima-se que a equipe técnica do DUC/DBIO
112 desenvolverá as atividades ao longo de 10 meses, auxiliada por eventuais contratações de consultoria de curta

113 duração; as atividades ocorrerão em etapas que são: a elaboração do documento base; identificação de lacunas de
114 conservação do Estado; e elaboração, edição e disponibilização do plano do SEUC/RS.

115 Sr. Cylon Neto/SERGS – Presidente: saúda pela iniciativa do projeto do plano do SEUC e passa a palavra ao Sr.
116 Davi Chemello que apresentará mais um projeto do DBIO. Sr. Davi Chemello/DBIO-SEMA: apresenta o Projeto
117 Agroflorestras: recuperando ambientes, rendendo vidas; que visa atender uma demanda que a legislação impõe ao
118 serviço público do Brasil, no Art. 41 do Novo Código Florestal que é a obrigação do Estado fomentar para a
119 agricultura familiar instrumentos que possibilite ao agricultor realizar a recuperação de ambientes degradados.
120 Ressalta que para regularidade ambiental a legislação também impõe, principalmente através do CAR, uma serie de
121 obrigações dos agricultores rurais que precisam recuperar ambientes com passivos ambientais. Então esse projeto
122 se propõe a ser uma das ferramentas possíveis para recuperação/restauração da Biodiversidade, principalmente no
123 que se refere ao Bioma Mata Atlântica. A ideia principal do projeto é a recuperação destes ambientes através do uso
124 sustentável, que é a implementação de agroflorestas biodiversas, onde o produtor na sua propriedade terá uma área
125 licenciada em que ele vai poder manejar aquela vegetação com o viés de recupera-la, ele poderá tirar parte do seu
126 sustento/uma renda familiar extra, mas também introduzindo ali espécies nativas ou ate mesmo utilizando as que já
127 existem na área. Esclarece que o projeto visa à compra de kits de equipamentos para fornecer ao agricultor familiar
128 que queira implementar na sua propriedade uma agroflorestal de base ecológica, de boas praticas agronômicas e
129 de proposta de recuperação da biodiversidade do Bioma e que este projeto apresentado é um projeto macro que
130 visa atender até quinhentas famílias, mas que se pode fracionar o projeto em várias localizações do Estado. Sr.
131 Cylon Neto/SERGS – Presidente: destaca que entende que o DBIO como instituição do Estado, deve ser atendido e
132 pergunta aos demais conselheiros se há alguma objeção aos projetos apresentados pelo DBIO. Sr. João Manuel
133 Trindade Silva/DBIO-SEMA: informa que há mais um projeto para apresentar e solicita a possibilidade de fazer a
134 apresentação na reunião de dezembro. Sr. Cylon Neto/SERGS – Presidente: esclarece que atenderá ao pedido de
135 outra forma. Não havendo objeções, sugere como encaminhamento, a exemplo do que foi feito com o Comando
136 Ambiental, que em dezembro o DBIO trouxesse os projetos estruturados e com uma ordem de prioridade do DBIO e
137 já inclui o que foi solicitado para apresentar na próxima reunião junto, pois a pauta para dezembro será a aprovação
138 da ata desta reunião, as contribuições para o PL que a Secretária Maria Patrícia apresentou na outra reunião, a
139 hierarquização dos projetos apresentados, incluindo a revisão do projeto da UPAN e assuntos gerais. E sugere que
140 no projeto da agrofloresta se traga uma região para implantar como projeto piloto e tendo resultado deste se tem os
141 desdobramentos seguintes. Ressalta que em dezembro o DBIO apresente sua lista de prioridades que será
142 analisado junto com os projetos do Comando Ambiental e com o projeto, já revisado, da UPAN e então será
143 deliberado na câmara técnica a hierarquização dos projetos. **Passou-se ao 5º item da pauta: Assuntos Gerais:**
144 Não havendo nada mais a ser tratado encerrou-se a reunião às 11h15min. Foi lavrada a presente Ata que deverá
145 ser assinada pelo Presidente da Câmara.